



REVISTA
Casa da
GEOGRAFIA
de Sobral
ISSN 1516-7712

SOBRE PODER E TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA POLÍTICA DE CLAUDE RAFFESTIN

About power and territory in the Claude Raffestin's political geography

El poder y el territorio en la Geografía política de Claude Raffestin

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. SP: Ática, 1993.

Lucas Labigalini Fuini*

A obra *Por uma geografia do poder* constitui, em um estudo de cunho eminentemente teórico e metodológico, de grande difusão na Geografia humana, e que se apresenta como referência para muitos estudiosos brasileiros que discorreram sobre o território como conceito e categoria operacional, como Bertha Becker, Milton Santos, Marcelo Lopes de Souza, Rogério Haesbaert e Marcos Aurélio Saquet.

O texto perfaz uma abordagem crítica à Geografia política clássica, a dita Geografia do Estado, e assume uma postura de que o poder exercido no espaço/território adquire uma perspectiva relacional, multidimensional e interescalar. Além disso, traz um corpo conceitual com vários esquemas escritos em rascunhos e tipos ideais, que nos auxiliam na compreensão do quadro ou sistema de relações no qual o poder é exercido, destacando os atores, os recursos, os trunfos e campos do poder, o território e as territorialidades, os sistemas territoriais e as redes. Para apoiar sua tese sobre as relações de poder definidoras dos territórios, o autor dialoga com obras de filósofos, historiadores e geógrafos renomados como Henri Lefévre, Michel Foucault, Jacques Attali, Jean Gottmann, Edward Soja, entre outros.

O livro está organizado em quatro grandes partes, todas detalhadas em capítulos e subcapítulos: a primeira, a realizar uma crítica à concepção de poder da Geografia política clássica, naquilo que chama de

* Doutor em Geografia pela UNESP - Rio Claro. Professor assistente do curso de Geografia da UNESP - Ourinhos.
E-mail: lucasfuini@yahoo.com.br.



problemática; a segunda, a discutir a relação população e poder com base nos controles (recenseamentos) e na gestão dos fluxos que envolvem língua, religião e raça/etnia; a terceira, centralizada na análise do território como fenômeno do poder apoiado em quadrículas, redes e nós, que definem espaços de centralidade e marginalidade e, a quarta, a explicar como se articulam e se mobilizam os recursos e atores nos jogos políticos. Trata-se de obra de rara capacidade de sintetizar, em um quadro coeso a trabalhar, o poder no/do território, uma série de processos e eventos com o sentido de lhes dar uma coerência lógica com propósito esquemático. Estranha-nos o fato de não ter merecido novas edições e atualizações no Brasil, considerando que estão esgotadas as tiragens da edição única feita pela Editora Ática em 1993, com tradução da professora de Geografia da USP Maria Cecília França (1927-2010).

Na primeira parte da obra, subdividida em três capítulos (I – Crítica da Geografia Política; II – Elementos para uma problemática relacional; e, III – O poder), o autor analisa a problemática da associação direta de poder com o Estado e seu aparato governamental militar, perspectiva muito difundida no nascimento da Geografia política, com influência de Ratzel, Bodin e Montesquieu. O autor analisa o Estado-nação sob a ótica do território e os códigos (sintáticos: articulações de dimensão, forma e posição, e semânticos: qualidades específicas) e sua população, conforme as características de homogeneidade e heterogeneidade étnica, linguística e religiosa. Assim, Raffestin propõe que seja usada uma linguagem mais ampla para justificar o poder político e as relações que estabelece com o espaço, o Estado continuaria em lugar privilegiado, mas não estaria sozinho, dando vazão a outras formas de organização política inscritas no espaço. As problemáticas relacionais são capazes de tornar inteligíveis o poder político e suas manifestações espaciais, podendo ser de natureza funcional ou processual, simétrica e dissimétrica e, contendo em seu bojo: os atores, as finalidades, as estratégias, os mediatos (fins) e os códigos. Nessa análise, o autor nos lembra do modelo do *panoptismo* de Foucault utilizado para explicar as formas de vigilância utilizadas nas instituições disciplinares ligadas ao Estado. Há também os atores sintagmáticos (organizações, família, Estado) e paradigmáticos (divisão classificatória de indivíduos). A diferenciação entre atores se dá pelo maior ou menor controle de energia e informação. Já o poder, na definição de Raffestin, é uma palavra rebelde e ambígua, que se coloca como parte intrínseca de toda relação, sendo multidimensional e imanente, se manifestando em ocasião da relação de troca e comunicação. Para Foucault, vem a ideia de que deve ser exercido (não se adquire), e que está em posição de exterioridade com relação aos sujeitos, vem de baixo, são intencionais e subjetivos e sofrem resistências. O poder visa o controle sobre os homens e as coisas e seus trunfos são a população, o território e os recursos.

Na segunda parte, o autor propõe uma análise sobre a relação da população com o poder, sendo, ao mesmo tempo, um trunfo, um recurso e um fundamento, e fonte de todos os atores sociais no jogo relacional.

Nesse item, o autor afirma que o recenseamento é um saber e um poder de controle que o Estado (e, porventura, as empresas) tem sobre a população no território, mas essa mesma população é um ator-trunfo que pode reagir e resistir às tentativas de desapropriações das organizações. O autor explora também a questão das diversas formas de controle que se manifestam nos fluxos naturais de natalidade e das migrações (internacionais e internas). O autor aponta as dificuldades de se controlar e gerir os fluxos migratórios, quando se pretende preservar certas proporções na população (étnicas, raciais ou religiosas) e aponta o movimento de desterritorialização da mão-de-obra como produto da ação das empresas multinacionais em sua lógica de deslocalização (migrantes internos). Raffestin se refere à manifestação do poder também através da língua e da linguagem, vistas como recursos da comunicação à disposição dos atores (capital constante), um modelo de representação do universo¹. É importante destacar uma problemática da relação linguagem e poder apontadas pelo autor: um idioma comum (como o inglês americano em termos mundiais) ao mesmo tempo em que aumenta as possibilidades relacionais, faz também crescerem as possibilidades de controle e gestão de uma organização (um Estado) sobre as coletividades periféricas. Trata-se de uma típica situação em que o centro impõe sua língua no interior de uma unidade territorial.

A religião aparece também como parte do fenômeno do poder em sua lógica territorial, com a função de assegurar as mediações em um sistema sêmico. O fenômeno religioso é marcado pelas relações de poder à medida que distingue o sagrado do profano, criando padrões de mundo que se tornam referência na vida do homem religioso. Na relação entre Igreja e Estado, com aproximações e afastamentos, conclui-se que ela “desemboca finalmente numa predominância do Estado, que manipula a religião para assentar seu poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 125). Historicamente, a religião pode servir como forma de identidade e, também, de resistência e oposição (em certos países colonizados de religião islâmica), sendo a igreja uma forma de organização, como qualquer outra, que procura se expandir, reunir, controlar e gerenciar. Aparece como exemplo dessa relação religião-poder o “despertar do islã”, com manifestações de caráter violento que “surge um pouco por toda parte e que aparece como instância de recursos contra a ocidentalização” (RAFFESTIN, 1993, p. 128).

Outro fator político premente seria o das diferenças raciais e étnicas que marcam as relações de poder. Partindo de uma crítica ao projeto do mundialismo como algo unitário e homogeneizador, o autor analisa que a discriminação racial/étnica, pautada no pressuposto da superioridade e inferioridade dos povos, serve para reduzir a competição dos grupos concorrentes quanto aos seus trunfos, sendo a discriminação

¹ Imperialismo linguístico designa a estratégia de domínio sistemático de cunho linguístico e cultural de uma sociedade territorializada em relação à outra menos influente, com medidas de cunho político e econômico que subjagam uma cultura.

espacial uma dessas formas, quando um grupo impõe a outro uma certa localização ou forma de acesso ao território, como as reservas indígenas e guetos e bairros negros nos Estados Unidos, o *apartheid* na África do Sul, os guetos judeus etc. Em suma, “a discriminação espacial é um meio de impor, de fato ou formalmente, relações dissimétricas (...) no que se refere à energia e informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 134-135). No entanto, a discriminação racial pode levar a tensões políticas perigosas, que põem em risco a coesão estatal.

A terceira parte vai tratar de conceitos muito caros aos geógrafos, como o território, a territorialidade, limites, fronteiras e as redes. Primeiro, o autor cuida de diferenciar espaço de território, afirmando que o território se forma a partir do espaço em uma ação conduzida por um ator (capaz de realizar um programa). O ator territorializa o espaço. O espaço é anterior a qualquer ação e o território é uma produção a partir do espaço. A dita “prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Diferenciando o território real (produzido) de sua imagem (representado), o autor parte para o tratamento do que seria um sistema territorial e as territorialidades. O primeiro se dá pela repartição das superfícies pelos atores com a implantação de nós e redes, decorre do próprio processo de produção territorial (produto e meio de produção) que define sistemas de tessituras, nós e redes organizadas hierarquicamente para assegurar o controle sobre o que pode ser distribuído, alocado e possuído, garantindo a coesão dos territórios. Um sistema territorial, em termos de objetivos e ações (conhecimentos e práticas), se desdobra em aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais e cujo espaço se produz no formato de superfícies-tessituras, pontos-nós e linhas-redes.

A territorialidade, uma noção cuja história está por ser feita (especificamente a territorialidade humana, já que a noção mais simples vem dos naturalistas estudando animais), refere-se ao vivido territorial pelos membros de uma coletividade em suas várias dimensões, tanto em termos de relações existenciais quanto produtivistas, se pauta em um conjunto de relações que se originam num sistema sociedade-espaço-tempo adequado aos recursos do sistema. A territorialidade humana se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, sendo constituída de relações mediatizadas (simétricas e dissimétricas) com a exterioridade, se colocando no quadro de produção, troca e consumo das coisas. De Edward Soja² vem a concepção de territorialidade atrelada a uma identidade espacial, à exclusividade territorial que compartimenta a interação homem-espaço.

Após essa parte inicial, dar-se-á ênfase na obra a algumas noções centrais que qualificam o território, inclusive algumas com forte carga conceitual na geografia, tais como:

² SOJA, Edward. **The policial organization of space**. Washington, AAG, 1971. A obra é citada em vários momentos do texto.

- a) quadrícula do poder: expressão espacial de um projeto social cuja relação é marcada pelas relações sociais de produção, o modo de produção e o campo ideológico (lembrar do conceito marxista de formação socioeconômica);
- b) limite: informação que estrutura um território, conjunto cuja fronteira é um subconjunto e traz uma conotação política;
- c) fronteira: pode ser manipulada como instrumento para comunicar uma ideologia, um sinal utilizado pelo Estado-nação. Pode ser zonal, como expressão de uma informação insuficiente (mal delimitadas), com significados variados (posto avançado, declive, floresta impenetrável) e pode ter a característica de linha fronteira bem delineadas, marcas dos Estados modernos (desde o século XV) erigida em linhas rígidas e muros;
- d) malha e tessitura: embasamento territorial desejado por um poder e que se modifica conforme as mudanças no modo de produção. Sempre acompanha uma dada territorialidade em seu tempo. É um sistema sêmico (de sentido, significado), que é interdependente do modo de produção e se manifesta por códigos;
- d) região: é dita e não vivida, estando presente nas preocupações do Estado, que corta, subdivide e delimita o mapa. Trata-se de dar a impressão da diversidade na uniformidade;
- e) lugar: onde o poder se cristaliza, locais de reunião, de nodosidades, de condensações de qualquer espécie que exercem papel de centralidade (ex.: lugares centrais na rede urbana), provocando descontinuidades na distribuição, coletividade soldada por ações criadoras de relações;
- e) centralidade: lugares que detêm relações econômicas significativas, onde se dá a convergência da ciência e da técnica, nodosidade que reúne atores paradigmáticos;
- f) marginalidade: contra face da centralidade, recebendo aquilo que é rejeitado nas áreas centrais, sinônimo de lugar geograficamente periférico.

Para tratar da especificidade da centralidade em certos lugares, o autor traz o exemplo das capitais, que podem exercer a centralidade política, econômica e cultural, destacando-se o caso da capital do país, Brasília, pensada na interiorização do desenvolvimento e que exerce uma centralidade parcial (política), já que São Paulo e Rio de Janeiro exercem a centralidade econômica e cultural.

No que tange à caracterização do poder pelo funcionamento das redes, Raffestin destaca que a mobilidade se dá pela circulação e pela comunicação, que são complementares e imersas nas relações de poder entre atores para dominar as superfícies e pontos e controlar as distâncias, sendo circulação a transferência de seres e bens, e comunicação, a transferência de informação. O trunfo do poder seria hoje informacional, sendo que a comunicação se alimenta dos espaços de circulação, transformando o território concreto em informação, e esta cria territórios abstratos. O dinheiro, em sua vertente financeira (redes financeiras), adquire a capacidade de circular (se materializar) e comunicar-se, como um sinal ou ordem, criando uma geopolítica de invasão do território pelo dinheiro. "O signo monetário é fascinante, na medida em que [sua] circulação (...) controlada organiza e desorganiza, estrutura e desestrutura os territórios, em todas

as escalas” (RAFFESTIN, 1993, p. 217). A informação, e seu gerenciamento (coletar e processar), passam a ter vital importância nas redes de comunicação, e a imprensa, a televisão e o rádio desempenham grande relevância, em termos espaciais e temporais, graças à sua potência técnica e forma de organização. Deste modo, aparece como equívoco falar do poder da mídia, visto que elas são instrumento de poder combinados em estratégias dos atores políticos e econômicos.

A quarta parte enfatiza os recursos do poder, sendo recurso uma função ou meio para atingir um fim, a transformação da matéria em um processo de produção através da associação de um ator e uma técnica mediatizada pelo trabalho. Os recursos se referem a uma concepção histórica da relação com a matéria, e têm uma natureza sociopolítica e socioeconômica, podendo ser renováveis ou não renováveis e cuja mobilização supõe um certo domínio de energia e informação. O autor explica que o “ator político, o Estado, na medida em que é o verdadeiro e legítimo representante de uma população que, por definição, quer viver e sobreviver num território, só pode escolher otimizar os recursos” (RAFFESTIN, 1993, p. 236). As estratégias adotadas pelos atores (na relação com as técnicas, matérias e recursos) supõe a acessibilidade a matérias (renováveis ou não) encontradas no território, com o objeto de transferi-las por meio do transporte, como as matérias-primas, tecnologias e os recursos ou produtos acabados e semiacabados. O Japão e as empresas multinacionais dos países desenvolvidos são exemplos conhecidos da capacidade de transferência de tecnologias, enquanto os países periféricos tentam diminuir as dissimetrias com tecnologias intermediárias, criadoras de empregos e polos de desenvolvimento. Os recursos são, enfim, verdadeiras armas políticas, instrumentos de poder dependentes dos sistemas técnico-econômicos e das circunstâncias históricas nas quais são transferidos, como os recursos agrícolas, energéticos e minerais, podendo desencadear conflitos e lutas por seu acesso, como o petróleo.

Em suma, a obra *Por uma Geografia do poder* é um valioso compêndio que inova em vários sentidos, não somente na visão sobre o poder no/do território, eis a razão de sua grande difusão. Ao esquematizar as relações de poder nos níveis mais elementares (quase moleculares), Raffestin nos revela certas perspectivas que a análise das macroestruturas geopolíticas não permite. Ao enfatizar a multidimensionalidade do poder e sua interesalaridade, o autor acrescenta ao edifício de conhecimento da Geografia política um novo paradigma, o do ator, que permite entender que do jogo do poder participam não somente o Estado-nação, mas também as empresas, organizações, sociedade civil, que não apareciam na concepção moderna do Estado-territorial vestfaliano.

Ao afirmar que o território advém do espaço através de sua produção (controla, dominação e apropriação), e que se manifesta por suas diversas territorialidades, Raffestin dá novas possibilidades ao tratamento do conceito que melhor explica as relações assimétricas (ou dissimétricas) de poder. Na tríade

população-território-recursos, vamos perceber a construção de uma nova Geografia política, que é fundamentalmente uma Geografia humana, mas que deve ser pensada como uma Geografia da autonomia, que permita “aos indivíduos conservar sua identidade e diferença no seio da coletividade a qual pertencem” (RAFFESTIN, 1993, p. 268), uma ciência a tratar, como nos diz o autor, dos seres e das coisas, dos casos da vida cotidiana. Quiçá possa surgir uma nova edição em português dessa rica e paradigmática obra.